



# O legado do Projeto São José para o desenvolvimento rural sustentável no Ceará

## 1 INTRODUÇÃO

A defesa de um desenvolvimento rural sustentável integra o escopo de ações e estratégias governamentais da Plataforma “Ceará 2050”, na qual a mesma tem sido imprescindível para requerer ações do estado que evidenciam a responsabilidade pública de enfrentar a questão social, garantindo, dentre outros, o direito à terra, à água e ao trabalho. Trata-se de um processo reivindicatório dos trabalhadores e trabalhadoras do campo organizados em associações comunitárias, cooperativas, assentamentos que encaminham suas demandas sociais para que sejam atendidas via políticas públicas, sob responsabilidade do Estado.

A exclusão econômica e social, o acúmulo e a concentração de riquezas por parte de uma pequena parcela da população, o aumento da pauperização da classe trabalhadora, o desemprego estrutural, as disputas pela terra, uma educação que não atende a todos, o recrudescimento do ultraconservadorismo, a agudização da desigualdade social, o aumento da violência no campo e na cidade, o ataque aos direitos sociais e à questão ambiental aprofundam as expressões da questão social. Soma-se a isso a enorme disparidade que envolve as cinco regiões do país – em especial a região Nordeste que ainda detém, segundo o Mapa de Pobreza e Desigualdade<sup>4</sup> divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2008, o primeiro lugar que está mais longe de vencer a barreira da linha da pobreza, tornando-a a ser considerada a região que mais necessita de investimentos.

---

<sup>1</sup>Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão social pela Universidade Estadual do Ceará. <http://lattes.cnpq.br/8335132894796505> E-mail: [janaalencar@gmail.com](mailto:janaalencar@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira (UMA) - Portugal. <http://lattes.cnpq.br/1487459435511278> E-mail: [msjunior0902@gmail.com](mailto:msjunior0902@gmail.com)

<sup>3</sup>Coordenador do Projeto São José/SDA. Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira (UMA) - Portugal. <http://lattes.cnpq.br/8493504491414121> E-mail: [lafaetealmeida@yahoo.com.br](mailto:lafaetealmeida@yahoo.com.br)

<sup>4</sup>Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003.

<sup>5</sup>Programas Sociais são iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida de uma população. Entende-se que um programa deste tipo está orientado para toda a sociedade ou, pelo menos, para um setor importante que tem certas necessidades ainda por preencher. A grande maioria dos programas sociais são implementados pelo Estado. Disponível em: <https://conceito.de/programa-social>. Acesso em: 15 set. 2020

O caráter histórico da distribuição de recursos públicos e a apropriação privada de recursos naturais, em consonância com o crescimento econômico desigual e irregular, retrata o enorme desafio de trabalhar o desenvolvimento de forma equitativa nas regiões do Brasil. Diante disso, a Região Nordeste do país tem sofrido com as políticas públicas desenvolvimentistas que, ao longo do processo de nossa formação sócio histórica, priorizaram um maior crescimento do Sudeste e Sul do Brasil. Por outro lado, cabe-nos reivindicar uma mudança nesse contexto, ainda que tímida e morosa, pela via das políticas públicas a fim de que atendam às necessidades dos povos do campo, no sentido de minimizar as desigualdades entre as regiões.

Ainda temos muito o que avançar para combater a desigualdade social que afeta a Nação, e em especial a população que se localiza no meio rural, mais especialmente aquelas que não são contempladas pelas políticas públicas. Conforme assevera Hoffmann (2009), a pobreza no meio rural é mais intensa quando comparada ao meio urbano, necessitando um tratamento político diferenciado daquele outorgado a este último, já que essa desigualdade social é fator que contribui para o status pobreza.

Nesse sentido, nos valem do legado deixado pelos programas sociais<sup>5</sup> brasileiros que fizeram e fazem a diferença para quem os recebe. Entre eles estão: Água Para Todos, Luz Para Todos, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, Brasil Sem Miséria, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, que compõem, historicamente, importantes planos de desenvolvimento para o combate à miséria e para a redução das desigualdades sociais no país, em especial na Região Nordeste.

Faz-se necessário fomentar a construção de políticas públicas que visam garantir a permanência do homem e da mulher no campo e, portanto, que sejam criadas as condições objetivas que permitam aos trabalhadores camponeses e suas famílias as condições de acesso no que se refere aos direitos sociais reconhecidamente fundamentais. Inclui-se, nesse âmbito, o programa de sucessão rural das juventudes.

Tendo como horizonte as estratégias de planejamento do Ceará 2050 deve-se considerar o aspecto da intersetorialidade das ações relativas ao desenvolvimento territorial no estado, onde podemos destacar temas

como agropecuária, questão ambiental e recursos hídricos.

Esta discussão nos remete às responsabilidades assumidas pelo setor de desenvolvimento agrário do Estado do Ceará que articula iniciativas de apoio à gestão, à produção e à base produtiva para os agricultores familiares organizados em entidades da sociedade civil, tal como a execução do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José que trataremos mais adiante.

Em se tratando destes temas, uma das capilaridades de intervenção do governo do Estado do Ceará é por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) que desenvolve, ao longo de mais de 20 anos, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José (PDRS/PSJ) - atualmente em sua quarta versão -, com o intuito de alavancar o processo de organização comunitária e de protagonismo social e econômico no meio rural no que diz respeito à organização produtiva e o acesso à água. Desde a sua implementação, essa experiência vem sendo realizada em parceria com o Banco Mundial, bem como as demais instituições parceiras: Ematerce, Cagece, Funceme, Ipece, Sisar, Sohidra, TCE.

Trata-se de um projeto que surgiu da avaliação positiva do programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) reformulado, realizada conjuntamente pelo governo brasileiro e o Banco Mundial, tendo como sucesso a introdução de um modelo efetivo para minimizar a pobreza rural no Nordeste, em especial no Estado do Ceará.

O Projeto São José (PSJ) passou por várias fases até se tornar o que conhecemos hoje, tendo como premissa garantir o desenvolvimento sustentável no Ceará, com foco na inclusão produtiva das populações rurais, proporcionando condições para se alimentar de forma saudável, produzir e comercializar seus produtos, sempre em conexão e cuidado com o meio ambiente.

O PSJ se destina a todos os grupos sociais como agricultores familiares que estão inseridos nos grupos mais pobres das áreas elegíveis, bem como artesãos, indígenas, jovens, mulheres, atingidos por barragens, pescadores artesanais e quilombolas.

Atualmente no Estado do Ceará existem 184 municípios, dos quais 154 já foram contemplados com ações

do PSJ, beneficiando comunidades, famílias, associações e cooperativas, priorizando o apoio a projetos produtivos<sup>6</sup>.

As principais demandas identificadas e consolidadas pelo PSJ focalizaram, inicialmente a inclusão econômica de agricultores familiares e pequenos produtores rurais não agrícolas nos elos de maior agregação de valor das cadeias produtivas. Considerando os esforços do Estado e visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, estão incluídas obras que visam à ampliação e/ou implantação de sistemas de abastecimento de água com distribuição domiciliar, bem como serviços de esgotamento sanitário simplificado nas comunidades beneficiadas. Finalmente, no rol de investimentos do projeto há, ainda, o suporte a um conjunto de atividades de fortalecimento institucional às estruturas organizacionais beneficiárias e funções públicas, como agentes essenciais para assegurar a competitividade e a sustentabilidade do mesmo.

Acreditamos que o PDRS/PSJ, agora em uma nova fase de desenvolvimento, traz em seu âmago uma evolução que foi trilhada ao longo de todo o seu percurso histórico. As atividades apoiadas pelo projeto, ao mesmo tempo em que pode contribuir em outras frentes, como traçar uma estratégia educacional voltada para contemplar uma educação voltada para o jovem agricultor e sua condição de permanência no campo, também se consolida como uma estratégia de desenvolvimento rural com sustentabilidade, na qual busca garantir ações inovadoras e novas oportunidades no campo.

## **2 O PERCURSO DO PROJETO SÃO JOSÉ NO CEARÁ**

O Projeto São José vem desde os idos de 1990, sendo desenvolvido ao longo do seu período histórico. A partir do ano de 2012 houve a implantação do Projeto São José III, que passou por mudanças no decorrer do seu percurso.

Num primeiro momento, o Projeto São José III teve como foco o fortalecimento da agricultura familiar com a perspectiva de aumentar a inserção econômica, agregação de valores aos empreendimentos familiares,

---

<sup>6</sup>Dados colhidos no Sistema de Gerenciamento de Projetos – Sipro do PSJ.

com financiamento de projetos produtivos no âmbito de cadeias produtivas promissoras, numa perspectiva de fortalecimento dessas cadeias e da inserção sustentável da agricultura familiar nos respectivos mercados e assim torná-las resilientes frente as dificuldades.

Enquanto política pública estruturante, o PSJ III financiou a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo assim com as metas de universalização do abastecimento de água potável e saneamento no meio rural do Estado do Ceará, proporcionando a minimização do uso de carros pipas e da contaminação do solo e das águas pelo lançamento incorreto dos esgotos.

Ressalte-se que na 1ª fase do PSJ III, as condições climáticas e ambientais de semiaridez afetaram profundamente a produção agrícola, gerando dessa forma uma situação de vulnerabilidade para as populações rurais do Estado do Ceará. Esta fragilidade se fez sentir presente em fatores como: escassez de recursos hídricos, degradação ambiental, vulnerabilidade da segurança alimentar e nutricional entre outras.

Vale lembrar que, ainda na fase acima descrita, as Entidades Representativas dos Beneficiários – associações, cooperativas, condomínios entre outras formas organizativas -, apresentaram vulnerabilidade socioeconômica, já que as de menor poder aquisitivo e/ou conhecimento tiveram dificuldade em acessar os benefícios do projeto, seja através do acesso da internet ou, ainda, pela pouca e/ou nenhuma capacidade de gestão empresarial, ao mesmo tempo em que as mesmas não possuíam capital de giro.

O PSJ III 1ª fase aplicou com empenho esforços para capacitar e acompanhar todas entidades e seus beneficiários para que de forma coletiva as barreiras pudessem ser derrubadas, ao mesmo tempo em que se construía uma relação de laços fortalecidos por ações que, muitas vezes, necessitaram ultrapassar fronteiras de desconfianças, bem como de aspecto cultural. O processo de mudança ocorrido foi um grande desafio enfrentado pelo projeto, o qual só o fortaleceu para assemelhar as novas demandas.

Saliente-se ainda que a 1ª chamada pública por meio eletrônico (internet) trouxe um grande avanço, ao mesmo tempo consolidou a transparência na gestão de recursos públicos empregados, favorecendo assim a possibilidade de todos aqueles que desejassem partici-

par do certame. É necessário reafirmar que ao promover todo esse desenvolvimento o PDRS/PSJ III 1ª fase traz em seu interior e contexto um vanguardismo com ideias avançadas, exercendo dessa forma um papel de precursor.

A maior característica do PSJ III 1ª fase foi a demanda crescente por água tratada nas mais diversas comunidades rurais do Estado principalmente devido ao agravamento da seca que já está no seu sexto ano consecutivo, ao mesmo tempo com esgotamento sanitário simplificado e construção de módulos sanitários.

Entendemos que o PSJ III 1ª fase cumpriu seu papel, favorecendo um maior desenvolvimento do meio rural quanto à questão de levar água para comunidades muito necessitadas desse bem, que é indispensável para a sobrevivência humana. Houve a necessidade de atualizar as demandas do projeto, ampliando suas ações, assumindo novos desafios, ao mesmo tempo em que se reafirmou sua importância não somente no âmbito estadual, mas também à nível regional e nacional. Atualmente o projeto - em seu novo momento - tem desenvolvido novas parcerias, realizou mudanças em sua estrutura organizacional e na concepção dos modelos de projetos desenvolvidos, aumentou e reorganizou seu corpo de profissionais, bem como implementou novas atribuições com a finalidade de atender os indicadores socioambientais e promover uma melhoria na qualidade de vida e no capital social rural.

A fase seguinte do PSJ III teve início a partir do ano de 2016 até meados de 2018, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar e, garantir o acesso a água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.

Atualmente, o Projeto São José se encontra em uma nova versão que é o PSJ III 2ª Fase/PSJ IV cujo organograma está disposto da seguinte maneira: 06 gerências, que são – Geraq – Gerência de aquisições; Geas – Gerência de acesso à abastecimento de água e saneamento rural; Gefig – Gerência de fortalecimento institucional e gerenciamento do projeto; Geplama – Gerência de planejamento, monitoramento e avaliação; Geafi – Ge-

rência administrativa-financeira; e, Gies – Gerência de inclusão econômica sustentável. Em relação às assessorias do PSJ contamos com 05, sendo as seguintes: ambiental, social, jurídica, comunicação e TI.

O projeto trabalha com a questão da água e fomenta as cadeias produtivas do meio rural, atendendo agricultores familiares e, ainda, povos e comunidades originários e tradicionais, constituindo uma política importante para o Estado do Ceará.

**Figura 1. Agricultores familiares produtores de melão, banana, batata, jerimum, etc.**



Fonte: Registro de José Anairton, da Associação dos Moradores de Cajazeiras, em Aracati - CE

Segundo consta na base de dados do Cadastro Único dos Programas Sociais – CADUNICO, em 2015 foram identificadas no Ceará 196.080 famílias tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganas, comunidades de terreiros, entre outros), sendo 4.247 indígenas, 2.024 quilombolas, 68 ciganas e 661 comunidades de terreiros, esses dois últimos grupos de famílias, mais concentrados na região de Crateús.

O contexto brasileiro apresenta bases agropecuárias bem distintas: por um lado está o agronegócio que tem bases empresariais; no outro lado temos a agricultura familiar, na qual apresenta características bem específi-

cas. Vale salientar que ambas se distinguem facilmente. A primeira tem suas bases voltadas para o interior do país, além de concentrar a terra nas mãos de uma elite empresarial e que se volta para o mercado externo. Já a segunda se concentrou de maneira histórica em três regiões – Nordeste, Norte e Sul, todas elas voltadas para a demanda interna por alimentação, bem com uma participação bastante pequena no setor agropecuário, já que a agricultura familiar é muito heterogênea.

Entendemos aqui que existem agricultores mais capitalizados e uma infraestrutura muito boa, com inserção no mercado; outros encontram dificuldade de

sobrevivência até para produzir. Conforme Barbosa e Peixoto (2018, p.4) no documento intitulado Diretrizes para o fortalecimento e expansão da agricultura em regime de economia familiar no Estado do Ceará: “a agricultura familiar brasileira é portadora de especificidades regionais importantes e dialoga com a diversidade ambiental, social e cultural do país, retratando bem a diferenciação regional brasileira”.

Assim, o processo de combate à pobreza no campo e na cidade perpassa pela necessidade de construir uma política pública solidária e concreta, que atue em prol da coletividade, na qual vise o ser humano como algo maior, objetivando a defesa do público, da igualdade, da liberdade e dos investimentos na capacidade humana, como bem explicita as diretrizes pautadas nos 7 Cearás - o Ceará do Conhecimento, o Ceará Democrático, o Pacífico, o de Oportunidades, o Ceará Acolhedor, o Saudável e o Sustentável (CEARÁ, 2014, p. 57). Isto nos provoca a revisitar constantemente os instrumentos, ferramentas e concepções atuais do Projeto São José.

A realidade do campo requer estratégias para implantação de políticas públicas necessárias e adequadas para o fortalecimento dos territórios, o combate à pobreza das populações do campo, a democratização do acesso e uso racional da água, bem como o respeito à questão de gênero, classe, geração e de raça e etnia. Cabe aos gestores das políticas compreenderem o campo/rural como uma categoria histórica, circunscrita em sua trajetória social (ELEUTÉRIO, BARROS, SOUZA JÚNIOR, 2019, s/p.).

Nesse sentido, se faz necessário considerar as estratégias do Plano de Governo dos 7 Cearás e contemplar as oportunidades previstas no Ceará 2050, tal qual a “elevação do nível socioeconômico dos municípios, nas regiões litorâneas e em áreas de maior produtividade rural ou urbana, como o Cariri, o Vale do Jaguaribe e o Sertão de Sobral, com redução do desequilíbrio existente entre estes e a capital”. (CEARÁ 2050, 2018, p. 65). Para isso é preciso que cada estratégia seja definida de forma objetiva, para que todos os recursos sejam usados de maneira eficaz e eficiente, evitando assim o desperdício seja de recursos financeiros, seja material ou humanos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que seja possível o empoderamento e protagonismo político dos sujeitos do/no campo, há a necessidade de se fomentar políticas públicas para que essa população esteja contemplada e inserida no contexto da dinâmica social do campo. Cabe, ainda, vislumbrar o fortalecimento dos processos formativos (educacionais) no/do/para o campo, no qual possibilite aos futuros gestores das comunidades, associações e/ou cooperativas desenvolver uma atuação em suas localidades com maior lucidez e entendimento sobre todos os trâmites necessários para uma melhor gestão e apoio à base produtiva.

É necessário ressaltar, ainda, que o uso das novas tecnologias é uma real necessidade não apenas no interior do processo educativo, mas também no cotidiano das pessoas, já que nos apoderamos cada vez mais do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e de novas ferramentas inclusivas.

Salientamos que se faz preciso estreitar laços interinstitucionais, com os movimentos sociais do campo e, ainda, como os mais diversos segmentos educativos para que possamos contribuir para o desenvolvimento de ações de educação do campo ampliando a conscientização dos sujeitos sociais dos territórios.

A estratégia educacional tem como principal atributo favorecer a permanência dos jovens no campo, no sentido de desenvolver as potencialidades presentes em cada localidade, bem como compreender quais são os anseios dessa população que, por muitas vezes, é secundarizada e negligenciada nos processos de acesso à mercado, emprego e renda.

Assim, é urgente consolidar políticas públicas pensadas por e para homens e mulheres que vivem nas áreas rurais, possibilitando uma educação de qualidade e contextualizada com sua dinâmica social rural e que seja consoante ao perfil heterogêneo e diversificado do campo, com vistas à sustentabilidade e o alcance das estratégias do Ceará 2050.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M.; PEIXOTO, E. C. **Diretrizes para o Fortalecimento e Expansão da Agricultura em Regime de Economia Familiar o Estado Do Ceará**, p. 1-25. 27 e 28 de agosto de 2018.

CEARÁ. Governo do Estado. Projeto São José: um caminho para a sustentabilidade na e para a comunidade. In: **Desenvolvimento Rural Sustentável**. Coletânea de Cartilhas Temáticas. 2019.

\_\_\_\_\_. **CEARÁ 2050, juntos pensando o futuro**. Diagnóstico Consolidado - Desenvolvimento do Ceará entre 1987 – 2017. Vol. Único. Fortaleza – CE. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Fortaleza-CE. abri/2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Fortaleza-CE. jul/2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Fortaleza-CE. nov/2015.

\_\_\_\_\_. **Os 7 Cearás**. Propostas para o Plano de Governo de 2015-2018. Fortaleza: 2014.

ELEUTERIO, J. A.; BARROS. C. D. T.; SOUZA JÚNIOR, M. **Desenvolvimento Rural Sustentável: contribuições e reflexões sobre o Projeto São José no Ceará**. IN: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, 2019.

HOFFMANN, R. **Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007**. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 417-428, ago/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003/IBGE** [e] Banco Mundial. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MANUAL DE OPERAÇÕES DO PROJETO (MOP). **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III**. Março, 2015.